EDIÇÃO Nº 08 OUTUBRO/NOVEMBRO - 2026

HORIZONTE MINERAL

JORNAL DA AGÊNCIA NACIONAL
DE MINERAÇÃO



Imagem gerada por IA

CARTA AO LEITOR

A regulação raramente ocupa o centro do debate público. A norma costuma ganhar rosto quando um prazo vence, uma operação é interrompida ou um conflito chega ao noticiário. Muito antes disso, escolhas técnicas já definiram quem pode explorar, quais riscos são aceitáveis, que obrigações devem ser cumpridas e como o Estado responderá quando forem ignoradas.

Esta edição do Horizonte Mineral entra nesse espaço pouco visível, no qual a riqueza do subsolo deixa de ser promessa geológica e passa a exigir critérios públicos. Quadrículas, segurança de pilhas e sandbox regulatório parecem assuntos distantes. Não são. Todos expõem a mesma pergunta: em um setor que muda depressa, como regular sem sacrificar segurança, previsibilidade ou interesse coletivo?

A participação social aparece aqui sem o verniz confortável do consenso. Ouvir não elimina conflitos nem torna todas as posições equivalentes. Obriga a Administração a conhecer os efeitos de suas escolhas e explicar por que decidiu. É nesse intervalo entre a contribuição recebida e a decisão fundamentada que uma agência revela a qualidade de sua regulação — e a medida de sua responsabilidade pública.

A participação social também contribui para aproximar a regulação da realidade do setor mineral. Ao reunir diferentes experiências e pontos de vista, esses mecanismos permitem identificar desafios, antecipar possíveis efeitos das normas e aperfeiçoar as propostas antes de sua implementação. O diálogo entre a agência, o setor produtivo, os municípios e a sociedade fortalece, assim, a construção de regras mais transparentes, equilibradas e conectadas às necessidades da mineração brasileira.

Tiago Souza
Chefe da Assessoria de Comunicação

PALAVRAS DA DIREÇÃO

O Brasil voltou ao centro da geopolítica mineral. A transição energética amplia o valor estratégico das reservas brasileiras. Essa vantagem não se sustenta apenas com geologia. Um país mineralmente relevante precisa de capacidade regulatória à altura de seus recursos.

Minha experiência no setor público mineral mostra que uma norma pode produzir segurança ou incerteza, induzir investimento responsável ou perpetuar passivos.

A Agência não deve funcionar como cartório de títulos nem apenas reagir a crises. Seu papel é antecipar problemas, fixar limites compreensíveis e decidir com independência técnica.

A participação social integra essa responsabilidade, mas não substitui o juízo do regulador. Cabe à Agência distinguir o interesse público da pressão circunstancial, acolher contribuições consistentes e responder às que rejeita. Regular bem exige escuta e coragem institucional.

O patrimônio mineral pertence à União; administrá-lo requer decisões que atravessem governos, ciclos econômicos e conveniências do presente.



Crédito: Lara Nery

MAURO SOUSA
DIRETOR-GERAL



DA DEMANDA À NORMA: COMO A SOCIEDADE CONSTRÓI AS REGRAS DA MINERAÇÃO

Imagem gerada por IA

Conheça as etapas, instrumentos e espaços de participação que buscam conferir legitimidade e transparência ao processo regulatório

BRUNO MEIRELLES ----------

Uma das etapas mais importantes do processo de criação de novas regras na mineração é a participação social. Segundo Izabel Shizuoka Ito Torres, coordenadora da Agenda Regulatória da Superintendência de Política Regulatória (SPR), a agência recebe contribuições da sociedade por diferentes fontes, como audiências e consultas públicas, tomadas de subsídios ou reuniões participativas.

“A escolha da modalidade varia de acordo com o momento da proposta e sua maturidade. Essas ferramentas ajudam a agência a ver as diferentes perspectivas, argumentos favoráveis e contrários, além de considerar eventuais impactos desiguais entre os atores”, resume.

Filipe Gaeta, consultor de municípios afetados da Associação Brasileira dos Municípios Mineradores (AMIG Brasil), afirma já ter participado de tomadas de subsídios da ANM, e ressalta a importância da realização desses processos.

“Quando encaminhamos um ofício, muitas vezes a resposta vem através de uma nota técnica elaborada por um servidor de forma isolada. Por outro lado, durante uma PPCS sinto que há uma análise intersetorial envolvendo várias áreas técnicas, o que reflete uma visão mais robusta e institucional”, compara.

Um dos canais em que é possível contribuir com o processo de construção regulatória é a Ouvidoria. Embora não atenda especificamente demandas regulatórias, muitas delas chegam à agência através da plataforma Fala.Br ou diretamente no e-mail do setor.

“Existem várias opções para os usuários externos, sejam mineradores, seja a própria sociedade, fazerem esse encaminhamento. Pode surgir de um elogio, de uma reclamação, mas o caminho mais comum é a sugestão, que é uma forma de se propor melhorias, inclusive regulatórias, dentro das nossas competências”, explica Glória Lorena Sena, ouvidora da ANM.

Leia a matéria na **íntegra.**

ENTREVISTA

OUVIR A SOCIEDADE PARA APERFEIÇOAR A REGULAÇÃO MINERAL

IRIS VASCONCELLOS ----------

A participação social é uma ferramenta importante para aprimorar as regras que orientam o setor mineral. Por meio de processos, como consultas públicas e tomadas de subsídios, a Agência Nacional de Mineração (ANM) recebe contribuições que ajudam a identificar problemas, avaliar propostas e aperfeiçoar normas.

Mas como garantir que essas manifestações sejam consideradas nas decisões? E como ampliar a participação de municípios, universidades, comunidades e pequenos agentes do setor?

O superintendente substituto de Políticas Regulatórias e gerente de Avaliação Regulatória, Felipe Chaves, explica como funciona a análise das contribuições e quais mecanismos ajudam a garantir transparência e equilíbrio na elaboração das normas.

O servidor também aborda os desafios para ampliar o diálogo com a sociedade, os aprendizados do ciclo regulatório de 2025–2026 e a importância de utilizar evidências e análise de impacto regulatório para construir regras mais eficientes.

A conversa destaca ainda o papel da participação social na prevenção da captura regulatória e na busca por um ambiente que ofereça segurança, acompanhe a inovação e preserve o interesse público.

Leia a entrevista completa **clicando aqui**.



Crédito: Iris Vasconcellos

ANM NAS MÍDIAS

NOSSOS CONTEÚDOS QUE MAIS SE DESTACARAM!

NAS REDES SOCIAIS:

O post sobre o lançamento do Portal de Minerais Críticos e Estratégicos ampliou a visibilidade do tema nas redes sociais. Com cerca de 680 curtidas, o carrossel destacou a equipe da Gerência de Economia Mineral responsável pela implementação do projeto e também apresentou os profissionais da ANM diretamente envolvidos no lançamento.




Economia

ANM lança plataforma com dados sobre a distribuição de royalties da mineração

ESTADÃO conteúdo
do Rio de Janeiro
29/09/2026 19h10

Novo portal facilita acesso a informações e amplia possibilidades de acompanhamento público da distribuição dos recursos
Imagem: Agência Brasil

30 anos uol

JÁ EM OUTROS VEÍCULOS...

O Observatório dos Municípios Afetados, desenvolvido pela Superintendência de Arrecadação (SAR), recebeu destaque na imprensa. O UOL noticiou o lançamento da plataforma, listando que ela “reúne mapas, dados e explicações sobre a distribuição da parcela dos royalties da mineração destinada a municípios afetados pela atividade”. Para o veículo, o novo portal facilita o acesso a informações e “amplia as possibilidades de acompanhamento público da distribuição dos recursos”.

CONFIRA NOSSAS REDES!

@ANM_OFICIAL | AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO ANM | AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO ANM | ANM.GOV.BR

MINERAÇÃO RESPONSÁVEL

SOCIEDADE PARTICIPA DA CONSTRUÇÃO DE REGRAS PARA PILHAS DE MINERAÇÃO

Representantes de órgãos públicos, mineradoras, universidades e movimentos sociais debateram critérios de enquadramento, auditorias e avaliação de riscos

IRIS VASCONCELLOS ----------

A proposta de novas regras para pilhas de mineração foi debatida em audiência pública em setembro, com mais de 500 espectadores simultâneos. O processo da Agência Nacional de Mineração (ANM) também incluiu o recebimento de contribuições por escrito, encerrado em outubro.

Para Flávio Carvalho, um dos servidores participantes do processo, a audiência foi fundamental para aproximar a agência dos interessados. “Essa etapa é especialmente importante por permitir que a ANM apresente e dê publicidade à proposta, receba subsídios e estabeleça um espaço de diálogo com a sociedade, o setor mineral e os demais interessados”, destaca.



Imagem gerada por IA

O especialista também ressalta a diversidade das estruturas: “Há estruturas destinadas a rejeitos, estéreis, minério, lixiviação e estoques, inseridas em diferentes contextos operacionais e pertencentes a empreendimentos de portes muito distintos”. A proposta busca aprimorar a gestão de riscos, prevenir acidentes e ampliar a transparência. A ANM analisará as contribuições para concluir a proposta normativa

SOLO, TEMPO E CIÊNCIA

CONSULTA PÚBLICA DEBATE NOVA FORMA DE ORGANIZAR ÁREAS DE INTERESSE MINERAL

Agência irá consolidar contribuições sobre nova norma para a adoção da quadrícula como referência para requerimentos e outorga de títulos

BRUNO MEIRELLES ----------

A Agência Nacional de Mineração (ANM) reuniu contribuições da sociedade sobre a proposta de regulamentação que institui o modelo de quadrículas como unidade espacial padrão para gestão dos títulos minerários. Por meio da Consulta Pública nº02/2026, foram coletadas contribuições de diferentes setores da sociedade para aperfeiçoar a proposta de resolução que estabelece a nova unidade de referência para requerimentos e outorga de títulos minerários.

Inara Barbosa, superintendente de Economia Mineral e Geoinformação (SEG), explica que a divisão das poligonais em quadrados menores busca: “reduzir fragmentações excessivas, simplificar futuras requisições e agilizar sua análise, além de dar maior transparência e reduzir a ocorrência problemas no desenho das áreas.”

Para a Superintendente de Política Regulatória, Marina Dalla Costa, a participação social é fundamental para garantir a qualidade da regulação e representa uma oportunidade para que empreendedores, entidades representativas do setor mineral, instituições acadêmicas, órgãos públicos, especialistas, servidores da própria agência e cidadãos em geral contribuam para a construção da nova norma. “O processo de consulta pública permite que os diversos atores envolvidos apresentem sugestões, assegurando maior transparência e fortalecendo a construção de uma regulamentação aderente às necessidades do setor e da sociedade”, afirma.

Caso aprovada, a adesão ao sistema será facultativa e não afetará áreas constituídas antes da entrada em vigor da resolução. A previsão é que o novo modelo possa ser utilizado em requerimentos de autorização de pesquisa, permissão de lavra garimpeira, registro de extração, registro de licença, disponibilidade, cessão parcial, arrendamento parcial, redução de área, desmembramento, mudança de regime com redução de área e reconhecimento geológico.

Redução de interferências e corredores

Com a introdução das quadrículas, duas áreas vizinhas poderão ser requisitadas sem gerar interferências. Isso vai eliminar a necessidade de se deixar uma faixa entre elas, o que resulta no melhor aproveitamento do solo para exploração mineral.

“A adoção do modelo de quadrículas representa um avanço importante para a modernização da gestão minerária. A proposta busca aumentar a segurança jurídica, promover maior eficiência administrativa e aprimorar a integração das informações geoespaciais utilizadas pela ANM”, aponta Inara.

As contribuições puderam ser registradas para cada um dos artigos e itens presentes na novas resolução. Com o encerramento da consulta pública em 23 de outubro, o processo agora entra na fase de análise pela equipe técnica da ANM, que irá consolidar a versão final da proposta normativa.



Imagem gerada por IA ilustrando a gestão de títulos por quadrículas

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

SANDBOX REGULATÓRIO ABRE ESPAÇO PARA INOVAÇÃO NO SETOR MINERAL

A Agência Nacional de Mineração avalia implementação de sandbox regulatório para testar inovações no setor mineral

IRIS VASCONCELLOS ----------

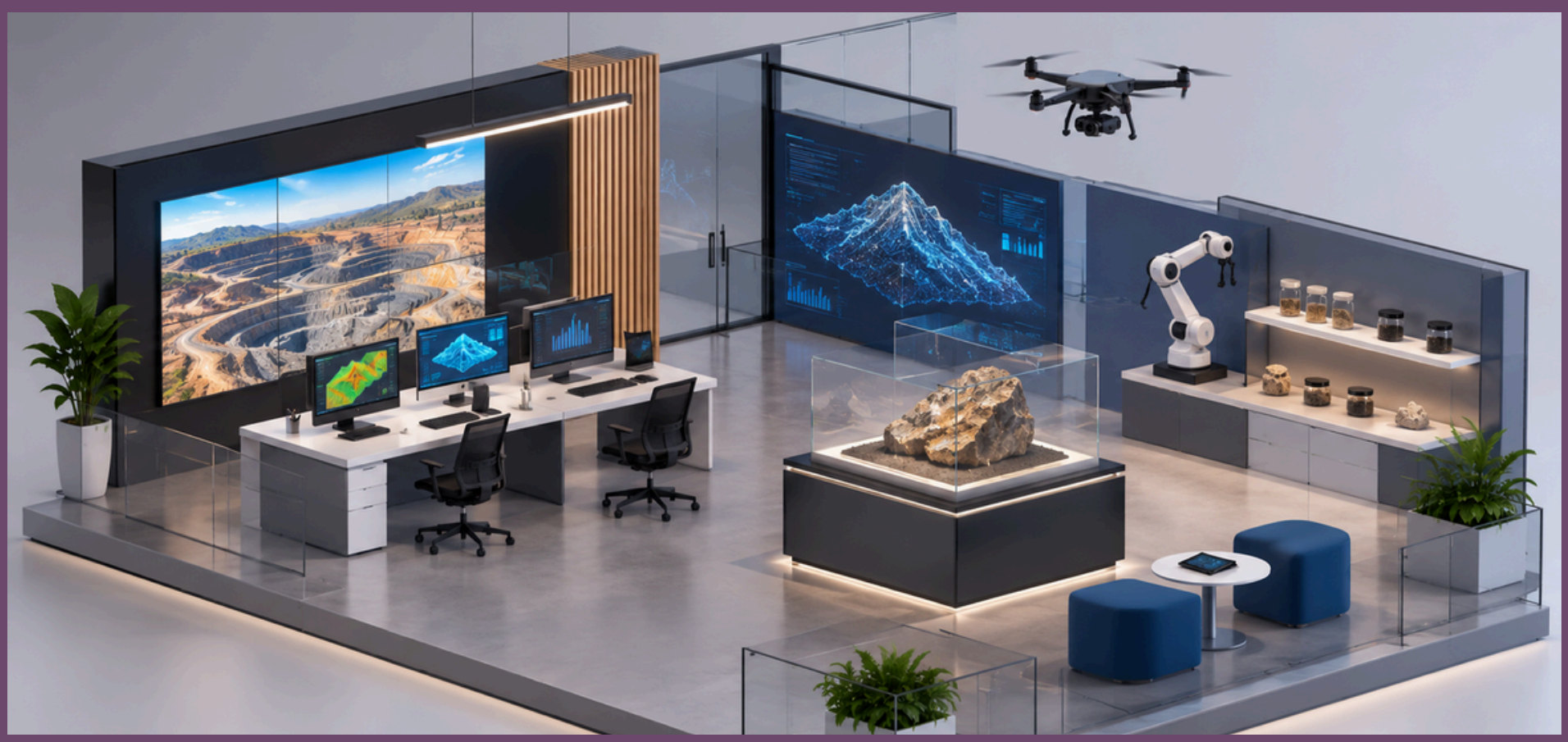


Imagem gerada por IA que mostra um espaço de experimentação tecnológica

Considerada uma ferramenta que permite que empresas experimentem novos produtos, serviços, tecnologias ou processos em ambiente controlado, sob supervisão da autoridade reguladora e por período determinado, o sandbox regulatório tem potencial para ser aplicado em diferentes setores, incluindo a mineração. Seu objetivo é permitir que inovações sejam testadas de forma segura e eficaz, além de gerar evidências que subsidiem a avaliação sobre uma eventual regulamentação das iniciativas.

“Quando o marco regulatório vigente se mostrar inadequado ou insuficiente a ponto de dificultar ou tornar inviável o desenvolvimento de uma inovação, o sandbox regulatório é capaz de viabilizar um espaço de experimentação, com a flexibilização temporária de regras”, explica Gabriela Romeiro, responsável pela tomada de subsídios sobre o tema na ANM.

A agência ainda não tem projetos de sandbox regulatório em andamento. O primeiro passo é um estudo preliminar para verificar se a ferramenta pode ser aplicada ao setor mineral.

Nesse sentido, foi realizada a Tomada de Subsídios n° 4/2026, encerrada em 13 de outubro, que recebeu 35 contribuições. As sugestões enviadas estão divididas em três grandes temas: tecnologias, dados e automação para apoiar a fiscalização; simplificação de procedimentos e gestão de processos; e regimes especiais de aproveitamento de recursos hídricos.

“Com o encerramento da Tomada de Subsídios, esperamos que seja possível verificar a viabilidade do uso do sandbox regulatório no setor mineral e eventualmente estruturar um projeto-piloto”, afirma Gabriela Romeiro.

Testes terão limites

A flexibilização não significa que empresas poderão deixar de cumprir regras sem limites. Os projetos devem seguir medidas de segurança para proteger o interesse público. A ressalva também busca evitar vantagens competitivas indevidas, já que empresas fora do projeto continuam submetidas às regras tradicionais.

“É possível que não haja necessidade de alteração nas normas regulatórias vigentes. No entanto, se a flexibilização temporária precisar ser preservada ou adaptada, pode haver alteração normativa, de acordo com os resultados do experimento, observado o rito regulatório”, finaliza Gabriela Romeiro.



Imagem gerada por IA

POR AÍ

GERÊNCIAS REGIONAIS AJUDAM A TRANSFORMAR EXPERIÊNCIA LOCAL EM NORMA NACIONAL

MARIZE TORRES

A construção das normas regulatórias da ANM vai além de Brasília e incorpora o conhecimento das unidades regionais, que acompanham de perto a atividade minerária em diferentes partes do país.

A troca de vivências entre as equipes locais contribui para que as regras reflitam desafios reais do setor e considerem as particularidades de cada território.

Em Minas Gerais, a experiência com grandes operações minerárias e com a gestão de barragens foi fundamental para a elaboração das Resoluções ANM nº 95 e nº 220.

Segundo Felipe Barbi Chaves, gerente de Monitoramento e Avaliação Regulatória da Superintendência de Política Regulatória (SPR), os aprendizados acumulados após eventos como Mariana e Brumadinho ajudaram a aperfeiçoar procedimentos incorporados às normas.

A regional de São Paulo também teve papel relevante na construção da Resolução nº 193, voltada à exploração de água mineral.

Já as unidades localizadas na região da Amazônia Legal, especialmente as de Mato Grosso e do Pará, contribuíram para a elaboração da Resolução nº 208, que trata da Permissão de Lavra Garimpeira (PLG).

Por fim, experiências em estados como Espírito Santo, Bahia e Goiás auxiliaram discussões sobre rochas ornamentais, enquanto Santa Catarina e Rio Grande do Sul forneceram subsídios relacionados à mineração de carvão.

A diversidade mineral brasileira exige uma regulação construída a partir da realidade vivenciada nos territórios.

EVENTOS

SEGURANÇA DE BARRAGENS E PILHAS GANHA NOVAS PERSPECTIVAS NA DAMSWEEK 2026

Especialistas brasileiros e estrangeiros debateram gestão de riscos, monitoramento governança e novas tecnologias

MARIZE TORRES ----------

A Agência Nacional de Mineração (ANM) participou da Damsweek 2026, realizada de 20 a 26 de setembro, em Belém (PA). Cinco servidores da Superintendência de Segurança de Barragens e Pilhas de Mineração (SBP) representaram a Agência no encontro, que reuniu especialistas brasileiros e estrangeiros para compartilhar conhecimentos sobre segurança de barragens e estruturas de disposição de rejeitos.

Entre os principais temas discutidos esteve a tomada de decisão orientada pelo risco, abordagem que considera fatores como histórico da estrutura, evolução dos indicadores e potenciais consequências para definir prioridades de fiscalização. Também foram debatidos monitoramento contínuo, integração de dados de campo e instrumentação e o conceito de “smart dams”, que alia automação e tecnologia à segurança das estruturas.

As discussões reforçaram a importância da governança, da comunicação e da definição clara de responsabilidades na prevenção de riscos.

O intercâmbio ocorre em um momento de aprimoramento regulatório na ANM. A Resolução ANM nº 220/2025 atualiza as regras de segurança de barragens de mineração, enquanto a regulamentação de pilhas está em elaboração.

Os conhecimentos compartilhados na Damsweek podem contribuir para aperfeiçoar a atuação da ANM, especialmente na priorização das fiscalizações, integração de dados e aplicação de metodologias de análise de risco.

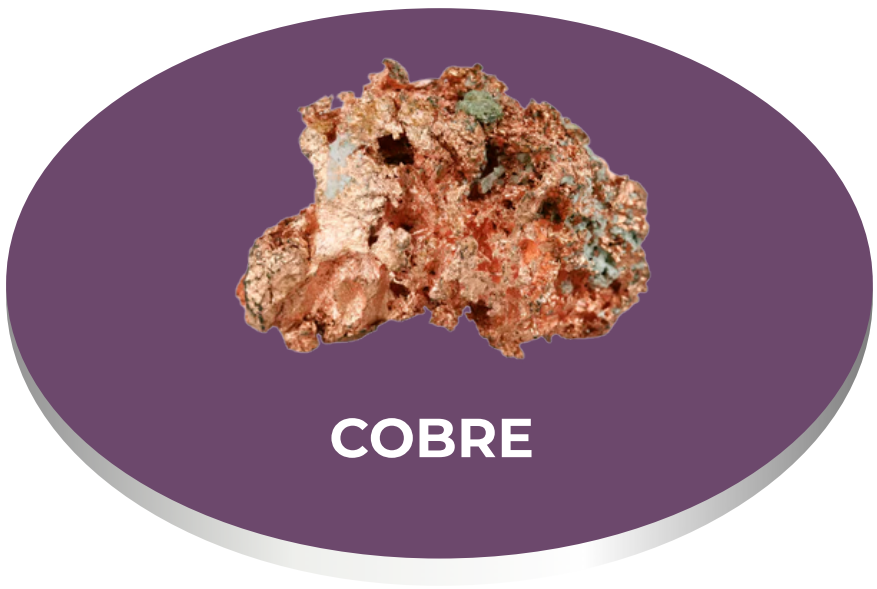


ANM participa da DAMSWEEK 2026. Crédito: Divulgação

SUBSTÂNCIA MINERAL DO MÊS

Cobre: Conecta transição energética com avanço da tecnologia. Brasil bate recorde de produção em 2025, com 454,3 mil toneladas

IRIS VASCONCELLOS ----------



O cobre é essencial para a transição energética e o avanço da tecnologia. Sua alta condutividade elétrica e térmica faz do metal uma matéria-prima importante para veículos elétricos, redes de energia, equipamentos eletrônicos e centros de processamento de dados (data centers).

De coloração avermelhada, o cobre é dúctil, maleável e resistente à corrosão. Seu ponto de fusão é de 1.083°C. Essas propriedades também favorecem o uso na construção civil, nos transportes e na indústria.

No Brasil, a produção de cobre contido atingiu 454,3 mil toneladas em 2025, o maior volume da série histórica, segundo o Sumário Mineral Brasileiro 2026, da Agência Nacional de Mineração (ANM). O resultado representa alta de 18,2% em relação a 2024.

O Pará lidera a produção nacional, com 343,1 mil toneladas, ou 75,6% do total. As reservas brasileiras somam 80 milhões de toneladas de cobre contido, cerca de 8,2% das reservas mundiais.

A produção nacional ocorre principalmente na forma de concentrados, exportados para a fabricação de cobre refinado. Em 2025, as exportações de minérios e concentrados somaram US$ 5 bilhões.

A demanda mundial cresce com a expansão das redes elétricas, das fontes renováveis e dos veículos elétricos. O avanço da tecnologia também amplia o consumo do metal.

Saiba mais sobre o cobre no **Sumário Mineral 2026**

CULTURA

FÓSSEIS DE BILHÕES DE ANOS ESTÃO OCULTOS EM CONSTRUÇÕES HISTÓRICAS DO RIO DE JANEIRO

Rota paleontológica percorre 2,8 km pelo Centro da cidade e revela vestígios da vida preservados em pisos, paredes e fachadas

BRUNO MEIRELLES --------

Quem passa pelo Centro do Rio de Janeiro pode estar caminhando sobre registros de formas de vida que existiram há bilhões de anos. Rochas utilizadas em construções históricas da cidade preservam fósseis que ajudam a contar a história da vida na Terra.

Esse patrimônio é o destaque da excursão “Patrimônio Paleontológico no Centro do Rio: o pretérito mais que presente”, conduzida pela paleontóloga e especialista em recursos minerais da ANM, Márcia Polck.

O percurso de aproximadamente 2,8 quilômetros inclui pontos como o Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), o Paço Imperial, a Confeitaria Colombo e o Real Gabinete Português de Leitura. Durante o passeio, os participantes conhecem fósseis presentes em mármores, calcários e outras rochas utilizadas na construção dos edifícios.

No CCBB, por exemplo, os blocos de mármore do saguão dos elevadores guardam vestígios de cianobactérias que viveram cerca de 2 bilhões de anos atrás. Esses organismos tiveram papel importante no aumento da concentração de oxigênio nos oceanos, contribuindo para a evolução da vida.

"Esse tipo de ação, além de divulgar o conhecimento das geociências, mostra a importância de proteger e valorizar a paisagem arquitetônica e histórica da cidade. A iniciativa oferece um recurso didático acessível para alunos dos ensinos básico e superior, que nem sempre possuem recursos para viajar longas distâncias para ver os fósseis em um afloramento. Dentro da própria cidade fica muito mais fácil ter esse contato. Já o público em geral passa a conhecer a rota e ganha uma nova opção de turismo cultural pela Cidade Maravilhosa", resume.

Saiba mais na **matéria**



Rota paleontológica no Rio de Janeiro. Crédito: Iris Vasconcellos

CAPACITAÇÃO

DA ANÁLISE DE IMPACTO À AVALIAÇÃO DE RESULTADOS: O CONHECIMENTO POR TRÁS DE UMA NORMA

Capacitações reforçam competências em Análise de Impacto Regulatório, Avaliação de Resultado Regulatório e Normas Reguladoras, ampliando a qualificação técnica dos servidores

MARIZE TORRES ----------



Imagem gerada por IA

Com foco no fortalecimento da qualidade regulatória, a Agência Nacional de Mineração (ANM) investiu, no primeiro semestre de 2026, na capacitação de servidores em Análise de Impacto Regulatório (AIR), Avaliação de Resultado Regulatório (ARR) e Normas Reguladoras de Mineração (NRMs). As iniciativas abordaram etapas essenciais do ciclo regulatório, desde a identificação de problemas e avaliação de alternativas até o monitoramento dos resultados das normas.

A AIR auxilia a tomada de decisões por meio da análise dos impactos das intervenções regulatórias, enquanto a ARR verifica se os objetivos previstos foram alcançados e aponta oportunidades de aperfeiçoamento. As capacitações reuniram centenas de participantes em palestras e oficinas, reforçando competências estratégicas e contribuindo para uma regulação mineral mais eficiente, transparente, orientada por evidências e alinhada às melhores práticas de governança.

MEMÓRIA

O CAMINHO ATÉ O BRASIL PARTICIPATIVO

IRIS VASCONCELLOS ----------

Da época do DNPM à ANM, participação social ganhou regras e instrumentos para ouvir o setor mineral e a sociedade

Antes de as consultas públicas chegarem às plataformas digitais, a participação social na mineração seguia outro caminho. No Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), as normas eram publicadas como portarias do diretor-geral, sem o rigor metodológico exigido hoje para a elaboração de regras que afetam o setor.

Com a criação da Agência Nacional de Mineração (ANM), em 2017, a política regulatória começou a ganhar estrutura própria. A Lei Geral das Agências Reguladoras, de 2019, reforçou esse processo, com exigências de planejamento, transparência e participação social.

“Não havia a necessidade de realização dos Processos de Participação e Controle Social (PPCS), algo necessário e obrigatório hoje”, explica Felipe Chaves, gerente de Avaliação Regulatória da Superintendência de Política Regulatória (SPR) da ANM.

Atualmente, os PPCS são parte integrando do processo de elaboração ou alteração de normas e podem ser acessados por todos os cidadãos na plataforma Brasil Participativo e pelo site institucional da ANM.

Outro marco importante dessa mudança foi a publicação da primeira Agenda Regulatória da história da agência, para o biênio 2020-2021, em dezembro de 2019.

O instrumento consolidou o planejamento das ações regulatórias e alinhou a instituição às boas práticas do setor público.



Antiga sede do DNPM em Brasília. Crédito: Arquivo ANM

Desde então, a ANM desenvolveu ferramentas para organizar a participação, como manuais e guias de procedimentos. A evolução também inclui consultas eletrônicas e o uso de bases abertas, que ampliam o acesso às informações e às oportunidades de contribuição.

Conheça a plataforma para os Processos de Participação e Controle Social (PPCS) da ANM no **link**

VALORES DA ANM

REGULAR TAMBÉM É OUVIR

Quem regula precisa estar disposto a escutar. Essa parece uma afirmação simples, mas traduz um dos desafios de uma boa política regulatória: criar espaços para que diferentes perspectivas sejam conhecidas e consideradas

MARYANNA BESERRA ----------



Imagem gerada por IA

Regular é fazer escolhas que impactam pessoas, empresas, atividades econômicas e a sociedade. Por isso, quanto mais qualificado for o diálogo ao longo desse percurso, maior a capacidade de compreender a realidade e avaliar os efeitos de cada proposta.

É nesse contexto que os mecanismos de participação social ganham relevância. Consultas e audiências públicas, tomadas de subsídios e outras iniciativas permitem que a sociedade contribua com experiências, dados, percepções e diferentes pontos de vista. Participar não significa transferir a competência institucional. Tampouco significa que toda contribuição será necessariamente incorporada. Significa ampliar o conjunto de informações disponível e trazer para a análise aspectos que poderiam passar despercebidos.

Uma contribuição pode ser acolhida integralmente, parcialmente ou não ser incorporada. Em qualquer dessas situações, ela pode agregar valor ao processo, ao provocar novas reflexões, revelar impactos e testar a consistência de uma proposta. E é justamente por isso que a participação social não deve ser vista como uma mera formalidade ou como uma etapa burocrática.

O diálogo regulatório se fortalece quando há espaço para contribuir, mas também quando existe transparência sobre o tratamento dado às manifestações recebidas. Explicar o que foi considerado, o que não foi e as razões que fundamentaram a decisão é parte importante desse processo. Mais do que abrir canais de participação, é preciso demonstrar que as contribuições foram efetivamente analisadas.

No fim, dialogar é ampliar perspectivas sem perder de vista a responsabilidade institucional. É criar pontes entre o conhecimento técnico, a experiência de quem vive a realidade regulada e o interesse público. É assim que a participação social deixa de ser apenas um mecanismo do processo regulatório e passa a contribuir para a qualidade da regulação.

LADO B

UMA IDEIA QUE NASCEU NA FORMAÇÃO

MARIZE TORRES ----------



Milton Bassani desenvolveu novo sistema. Crédito: Arquivo Pessoal

Uma apresentação no curso de formação dos novos servidores foi o ponto de partida para uma ideia que logo se transformaria em ferramenta de apoio à Diretoria Colegiada. Ingressante na ANM em 2025, Milton Bassani percebeu que o acompanhamento dos processos submetidos à alta cúpula poderia ser mais simples, ágil e integrado e criou uma solução.

Desenvolvido na Secretaria-Geral, o painel em Business Intelligence (BI) organiza dados sobre processos em tramitação e deliberações da Diretoria, facilitando a consulta sem precisar acessar cada um individualmente. “A partir de uma apresentação do secretário-geral, percebi a necessidade de tornar mais simples e rápido o acompanhamento dos processos”, conta Milton.

Criado inicialmente para monitorar circuitos deliberativos, o painel Deliberações da Diretoria ganhou novas funcionalidades e passou a reunir também o histórico de decisões. Até o fechamento desta edição, concentrava mais de 10 mil deliberações, 215 processos aguardando decisão e 160 circuitos deliberativos.

Para Milton, transformar conhecimento técnico em solução útil é motivo de satisfação. “É muito gratificante poder aplicar conhecimentos técnicos e, mesmo tendo ingressado recentemente na Agência, contribuir para uma solução que apoia o trabalho institucional.”

CAMPANHA



As inscrições para integrar a Comissão de Ética da Agência Nacional de Mineração (ANM) foram prorrogadas até 19 de novembro. Podem se candidatar servidores públicos federais efetivos e estáveis, conforme a legislação vigente.

A participação contribui para fortalecer a conduta ética e os princípios que orientam o serviço público, além de promover a integridade, a transparência e a valorização da ética no ambiente institucional.

O trabalho é voluntário e não prevê gratificação ou remuneração adicional pela atividade.

Veja mais informações no edital de seleção

EXAMES MÉDICOS PERIÓDICOS



Foi prorrogada a campanha de Exames Médicos Periódicos (EMP) 2026 da ANM até o fim de novembro.

Fruto de uma iniciativa da Superintendência de Gestão de Pessoas (SGP), por meio da Gerência de Saúde e Qualidade de Vida (GESQV), a ação tem como objetivo prevenir doenças, além de promover e acompanhar as condições de saúde dos servidores, contribuindo para a identificação precoce de fatores de risco e para a melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho.



Imagem gerada por IA

EXPEDIENTE

Horizonte Mineral é uma publicação mensal da Assessoria de Comunicação da Agência Nacional de Mineração

Diretor Responsável
Mauro Sousa

Diretoria Colegiada
José Fernando Gomes Júnior
Fábio Fernando Borges
Luiz Paniago Neves

Editor e Chefe da Ascom
Tiago Souza

Editora e Relações Públicas
Marize Torres Magalhães

Jornalistas
Bruno Meirelles
Iris Vasconcellos

Diagramação - Designers
Maria Luísa Monteiro
Débora Raquel

Tecnologia da Informação
Tiago Santos Borges

Designer
Marcos Antônio

Secretária Executiva
Monica Cristiane

Técnico de Secretariado
Diego Rocha Borges

Estagiários
Ketlyn de Santana Martins
José Arthur Alves Frazão
Lara Nery

Ascom@anm.gov.br